



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PAD Nº 1808341/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2019

Recebimento de propostas: a partir da data de publicação do aviso no D.O.U.
Abertura das propostas: **dia 27/05/2019, às 14h00 (quatorze horas)**.
Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

ATENÇÃO

O Acórdão TCU nº 754/2015 - Plenário determinou aos órgãos da Administração Pública que instaurem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ressaltando de que tal dispositivo tem caráter abrangente, abarcando condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório.

Portanto, em cumprimento à determinação, alerta-se para que os licitantes analisem detalhadamente o edital e anexos antes de formular suas propostas/lances, de modo que sejam passíveis de cumprimento.

A prática injustificada de atos como: não manter a proposta (ex: desistência, não envio da amostra, planilha, laudos), deixar de enviar documentação exigida (ex: documentos de habilitação), fazer declaração falsa, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

EDITAL

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, com sede na Av. Prudente de Moraes, n.º 100, Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, isento de inscrição estadual, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) nomeado(a) pela Portaria n.º 92/2018, publicada em 29/11/2018, torna público, para conhecimento dos interessados do ramo pertinente, que promoverá LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, POR ITEM, mediante SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados, para a aquisição do(s) produto(s) especificado(s) no Anexo I. **COM EXCEÇÃO DO ITEM 22, A PARTICIPAÇÃO É EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS QUE PREENCHAM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34 DA LEI N.º 11.488/07.** O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei n.º 10.520, de 17/07/2002; Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013; Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005; Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006; Decreto n.º 8.538, DE 06/10/2015; Lei n.º 8.666, de 21/06/1993; à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto o **registro de preços para futuras aquisições de materiais de expediente, baterias, pilhas e outros**, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I).

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

2.2. **À EXCEÇÃO DO ITEM 22, o certame destina-se exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07**, consoante o artigo 6.º, do Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015.

2.3. Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

a) tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade – art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

b) estejam cumprindo pena de suspensão, que lhes tenha sido aplicada pelo TRE/MG, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

c) estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

d) possuírem sócios ou diretores que sejam servidores ou dirigentes do TRE/MG;

e) forem formadas por consórcios ou grupos de empresas que também participem desta licitação;

f) estejam sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

g) **À EXCEÇÃO DO ITEM 22:** não sejam enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07, conforme as condições estabelecidas pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

2.4. Em atendimento ao art. 8º do Decreto 8.538 de 06/10/2015, **fica reservada cota para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do somatório dos itens 22 e 23**, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTITATIVO TOTAL	QUANTITATIVO - COTA NÃO RESERVADA	QUANTITATIVO - COTA RESERVADA
ITENS 22 E 23	7.599	ITEM 22: 5.699	ITEM 23: 1.900 (25%)

3. CREDENCIAMENTO

3.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da

Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do Sistema Eletrônico utilizado nesta licitação, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo, ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços a partir da data e horário indicados no preâmbulo deste edital.

4.2. O licitante, no momento da elaboração e envio da proposta, também deverá declarar virtualmente **(declarações virtuais)**:

a) o cumprimento a todos os requisitos de habilitação e conformidade de sua proposta com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do decreto n.º 5.450/2005;

b) **se for o caso**, que atende os requisitos do artigo 3.º da lei complementar n.º 123/2006;

c) a inexistência de fato impeditivo de habilitação;

d) o atendimento à exigência contida no art. 27, inciso V, da lei n.º 8.666/93 (que não emprega menor);

e) a elaboração independente de sua proposta, nos termos do art. 1º, Parágrafo Segundo, da Instrução Normativa n.º 2, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 16 de setembro de 2009, sob pena de responder pelo crime previsto no art. 90 da Lei n.º 8.666/93;

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, em observância ao art. 5º, inciso III, da Constituição Federal;

g) que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.4. O encaminhamento da proposta de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

4.5. A proposta de preços não poderá conter alternativas (exemplo: duas marcas, etc.) e deverá ser elaborada em campo específico e encaminhada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, contendo as seguintes informações:

a) **preço unitário por item**, apresentado em moeda corrente no país, tendo em vista as quantidades máximas previstas no Anexo I, devendo estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, embalagens, seguro e demais encargos;

b) a especificação, a marca e o modelo (se for o caso) do(s) produto(s) ofertado(s), devendo todos os materiais ser novos e de primeiro uso, conforme o Termo de Referência.

Parágrafo primeiro – Os licitantes estabelecidos no Estado de Minas Gerais devem atender, para as vendas mercantis, isto é, operações sujeitas ao ICMS, que a isenção desse imposto prevista no Anexo I, item 136 do RICMS/MG, não se aplica ao TRE/MG, por ser órgão federal, e não estadual.

Parágrafo segundo – Os licitantes estabelecidos em outra Unidade da Federação devem observar que o TRE/MG não é contribuinte do ICMS. Portanto, a nota fiscal deve ser emitida com o CFOP 6107 – Venda de produção do estabelecimento, destinada a não contribuinte, ou 6108 – Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, destinada a não contribuinte, sendo de responsabilidade do licitante vencedor a apuração e o recolhimento do ICMS, nos termos do artigo 155, §2º, inciso VIII, alínea “b”, da Constituição Federal.

4.6. Caso o valor unitário proposto contenha mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), sendo esta alteração considerada uma negociação para fins do disposto no subitem 6.21 deste edital.

4.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Caso a assinatura da Ata de Registro de Preços não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.

4.8. Não é obrigatória a apresentação de propostas para todos os itens.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, estabelecidas no subitem 2.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

5.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.2. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo, devidamente inscrito, no caso de sociedades civis, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores e da prova de constituição da diretoria em exercício, e, no caso de sociedades comerciais, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) ao objeto e à administração da empresa ou a última alteração consolidada;

b) Registro comercial em caso de empresa individual;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva com efeitos de Negativa (CNDT), nos termos da Lei n.º 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) **Balço patrimonial encerrado em 31/12/2018**, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Parágrafo primeiro - **Somente serão aceitos aqueles publicados em jornais oficiais** (publicação original ou cópia autenticada) **ou cópias autenticadas dos termos de abertura e de encerramento e do balanço patrimonial, retiradas (por qualquer processo de cópia) do LIVRO DIÁRIO** registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoa Jurídica **(PARA O ITEM 22).**

Parágrafo segundo - Todos os documentos citados deverão, ainda, conter as **assinaturas do técnico em contabilidade ou contador**, com o devido registro no Conselho Regional de Contabilidade, **e do(s) sócio(s), diretor(es), administrador(es) ou representante legal**.

Parágrafo terceiro – Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- b) Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital – ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.774, de 22 de dezembro de 2017;
- c) Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- d) Termo de Autenticação do Livro Digital.

Parágrafo quarto - **As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim como as cooperativas que preenchem as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07**, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é **OBRIGATÓRIA** a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

Parágrafo quinto - A capacidade financeira da licitante será aferida mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (> 1), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, conforme determinação contida no inciso V, item 7, da Instrução Normativa n.º 5/95, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, e suas alterações:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Parágrafo sexto - O licitante que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer um dos índices ora referidos, deverá comprovar o **patrimônio líquido positivo mínimo**, para habilitação, correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

Parágrafo sétimo - As empresas recém-constituídas (no presente exercício) deverão apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial, cópia do Balanço de Abertura, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.). Para habilitação, tais empresas deverão comprovar o **capital social mínimo** correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

Parágrafo oitavo - Na ocorrência das situações previstas nos parágrafos sexto e sétimo, o licitante deverá encaminhar o balanço patrimonial / balanço de abertura por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br ou, excepcionalmente, por email, mediante autorização do(a) Pregoeiro(a), independentemente de seus dados constarem no SICAF, nos termos do subitem 6.26, tendo em vista a necessidade de comprovação do valor do patrimônio líquido positivo.

5.3. Os documentos relacionados nos subitens anteriores não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem na tela utilizada pelo(a) Pregoeiro(a) para consulta ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, observando-se o disposto no parágrafo oitavo do subitem 5.2.3, alínea "b".

5.5. A comprovação da habilitação no SICAF será feita "on line" pelo(a) Pregoeiro(a).

5.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará o licitante.

5.7. Os documentos relacionados nos subitens 5.2.2 e 5.2.3, alínea "a", deverão estar válidos na data de habilitação das propostas, ressalvado o disposto nos subitens 6.25 a 6.27.

5.8. Os documentos necessários à habilitação porventura exigidos pelo(a) pregoeiro(a), a título de diligência ou nas hipóteses dos subitens 6.25 a 6.27, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo(a) Pregoeiro(a) ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

6. DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a compatibilidade do preço cotado e a conformidade da descrição dos bens ofertados com as exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de desclassificação.

6.2. O(A) Pregoeiro(a) deverá suspender a sessão pública do pregão na forma eletrônica quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o [art. 22, § 2º](#), do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, irá perdurar por mais de um dia, conforme Orientação Normativa nº 01/2016 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo Único - Após a suspensão da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) enviará, via chat, mensagem aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta dos lances.

6.3. Aberta a sessão, não caberá desistência quanto às propostas apresentadas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.4. Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de lances, quando então os licitantes poderão encaminhá-los, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.5. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO por item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O sistema registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante que ofertou o menor lance.

6.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo pleitear qualquer alteração.

6.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir lance cujo valor for considerado inexequível.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que decorrerá período de tempo de **até 30** (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Cabe aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.14. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.16. Em casos de indisponibilidade geral do Sistema *Comprasnet* no momento da abertura da sessão, os licitantes devem aguardar o retorno da funcionalidade por um prazo de até 30 minutos. Transcorrido esse prazo sem que cesse a indisponibilidade, a sessão fica automaticamente remarcada para o mesmo horário do próximo dia útil seguinte, se determinação diversa não for emitida pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

6.17. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração para a contratação.

6.18. **Na hipótese do item 22**, caso a proposta mais bem classificada não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07 e haja proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07 igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07 mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada originalmente em primeiro lugar, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto do respectivo item do Pregão;

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07 mais bem classificada

desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07 que se encontrem no limite estabelecido no *caput* deste subitem, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para a oferta final do desempate;

d) havendo êxito neste procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos licitantes. Não havendo êxito ou não existindo microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativa (que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07) participantes, prevalecerá a classificação inicial.

6.19. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada (item 23), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal (item 22) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, nos termos do §2º do art. 8º do Decreto 8.538 de 06/10/2015.

Parágrafo Primeiro – A adjudicação da cota reservada ao vencedor da cota principal ou aos licitantes remanescentes, mencionada no *caput* do subitem 6.19, caso venha a ocorrer, será viabilizada manualmente, ou seja, fora do processo eletrônico, haja vista que o sistema COMPRASNET ainda não implementou esta funcionalidade.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo o previsto no parágrafo primeiro, o item referente à cota reservada será cancelado no sistema eletrônico apenas para possibilitar o prosseguimento das etapas do procedimento licitatório.

6.20. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas ocorrerá pelo menor preço, conforme §3º do art. 8º do Decreto 8.538 de 06/10/2015.

6.21. Definido o licitante classificado em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta ao mesmo, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22. Quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), para fins de aceitação da proposta de menor preço, o licitante deverá encaminhar sua proposta reformulada, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ou, **excepcionalmente,** mediante autorização do Pregoeiro(a), pelo e-mail licitar@tre-mg.jus.br, com assinatura digitalizada na proposta reformulada, **no prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação, contendo as seguintes informações:

a) razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do fax, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência do respectivo banco;

b) especificação do(s) produto(s), incluindo todas as suas características, a marca, o modelo (se for o caso) e a procedência;

c) os prazos exigidos no Termo de Referência;

d) o prazo de validade da proposta, nos termos do item 4.7 do edital.

e) valor unitário do(s) produto(s), em algarismos e por extenso, já readequado ao preço/lance vencedor;

f) nome, inscrição no CPF/MF, documento de identidade (RG) e cargo na empresa do representante que ficará encarregado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

g) apresentação do(s) seguinte(s) documento(s):

g.1) **Itens 39 a 43: laudo físico-químico de composição do produto elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO**, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, comprovando que sua composição respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

g.2) **Itens 2 e 4 a 43: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA – CTF/APP**, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013.

Parágrafo Primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo Segundo: Em face da existência de filtros de redes e outros mecanismos de controle da integridade dos sistemas eletrônicos, que podem, eventualmente, impedir o encaminhamento do documento, a confirmação do recebimento do e-mail, nas hipóteses em que essa forma de envio for excepcionalmente autorizada pelo(a) Pregoeiro(a), dentro do prazo estabelecido via chat é de responsabilidade da empresa licitante, razão pela qual essa deverá suportar os ônus decorrentes de desclassificações motivadas em sua inércia. Eventuais alegações posteriores de quaisquer defeitos ou entraves técnicos na remessa do e-mail não serão aceitas por este Tribunal como justificativa da inércia da empresa licitante.

6.23. Antes da aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) **solicitará** ao respectivo licitante, a critério do setor requisitante, a apresentação de 1 (uma) unidade do(s) produto(s) cotado(s), e/ou uma embalagem vazia, conforme o caso, a título de amostra, para comprovar a adequação do(s) mesmo(s) às especificações do objeto da licitação, conforme item 3 do Termo de Referência (anexo I deste Edital). O prazo máximo para a apresentação da(s) amostra(s)/caixa(s) vazia(s) será de **até 48 (quarenta e oito) horas** após a solicitação, que será feita no próprio sistema eletrônico, devendo ser entregue(s), em dias úteis, no horário das 08 (oito) às 17 (dezesete) horas, no seguinte endereço: BR 040, Km 2,5 - Rua Flor de Trigo, n.º 20/24 - Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.865-330, no Setor a ser informado ou, excepcionalmente, outro endereço indicado no chat da sessão pública.

Parágrafo Primeiro - Cabe ao licitante o ônus decorrente das despesas de envio e retirada do(s) produto(s) das dependências do TRE/MG.

Parágrafo Segundo - A amostra poderá ser retirada na Seção de Gestão de Almoxarifado do TRE/MG, após a homologação do certame, caso reprovada. Se aprovada, poderá ser abatida na primeira entrega, ou retirada, a qualquer momento, após a primeira entrega.

Parágrafo Terceiro - A amostra reprovada não retirada no prazo de 10(dez) dias após a homologação do certame será descartada.

6.24. Sendo aceitável a proposta de menor valor, o(a) Pregoeiro(a) efetuará consulta "on-line" ao SICAF, para comprovar a regularidade do licitante. O(A) Pregoeiro(a) verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas no item 5 deste edital.

6.25. Será assegurado ao licitante cadastrado no SICAF, caso esteja com algum documento vencido ou que não esteja contemplado no sistema, o direito de apresentar, no prazo de até **2 (duas) horas**, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ou, **excepcionalmente**, mediante autorização do Pregoeiro(a), pelo e-mail licitar@tre-mg.jus.br, a documentação atualizada e regularizada, podendo o(a) Pregoeiro(a) verificar a regularidade do licitante por meio dos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões.

Parágrafo único - Caso a qualificação econômico-financeira do licitante esteja vencida no SICAF, em razão da Certidão Negativa de Falência ou Concordata e/ou Balanço Patrimonial exigido(s) no subitem 5.2.3, este(s) deverá(ão) ser encaminhado(s) no prazo e forma definidos no *caput*. Não constando o prazo de validade na Certidão Negativa de Falência ou Concordata, este será de 180 (cento e oitenta) dias.

6.26. O(A) pregoeiro(a) poderá exigir a apresentação do balanço patrimonial/balanço de abertura da licitante, por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ou, **excepcionalmente**, mediante autorização do Pregoeiro(a), pelo e-mail licitar@tre-mg.jus.br, no prazo de até **2 (duas) horas**, após solicitação no sistema eletrônico, na ocorrência das situações previstas nos parágrafos sexto e sétimo do subitem 5.2.3, alínea "b", deste edital, para comprovação do valor do patrimônio líquido positivo.

6.27. Havendo alguma restrição em sua comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07 terão prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do item, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Parágrafo único - A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pela microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07, o prazo do *caput* deste subitem poderá ser prorrogado por igual período.

6.28. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará a inabilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.29. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.30. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar, pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante, objetivando a obtenção de melhor preço.

6.31. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor do item, que lhe será adjudicado, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida, os autos à autoridade competente para homologação.

6.32. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

6.33. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O registro a que se refere o *caput* do subitem 6.33 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

Parágrafo Segundo - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o *caput* do subitem 6.33, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

Parágrafo Terceiro - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

Parágrafo Quarto - O anexo que trata o *caput* do subitem 6.33 consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

6.34. Todos os documentos enviados por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br ou, excepcionalmente, por email, mediante autorização do(a) Pregoeiro(a), deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, devidamente assinados pelo(s) representante(s) legal(is), no prazo de **até 3 (três) dias úteis, impreterivelmente**, no seguinte endereço: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Av. Prudente de Moraes, n.º 100, 2º andar, Seção de Protocolo, Bairro Cidade Jardim, CEP: 30.380-002, Belo Horizonte/MG.

7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, **preferencialmente, pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br**. As impugnações encaminhadas via fax poderão ser feitas pelo n.º: (31) 3307-1920.

7.2. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o 3.º (terceiro) dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br**.

7.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site www.comprasgovernamentais.gov.br, na Aba "Gestor Público", no link: [consultas/comprasgovernamentais/pregões/agendados](#) – **Código UASG do TRE/MG: 070014** –, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O fornecedor, além do link "Consultas" da Aba "Gestor Público", poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos".

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O julgamento das propostas levará em consideração o critério do **menor preço unitário por item**, desde que atendidas todas as exigências deste edital.

8.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita mediante sorteio, de acordo com o § 2.º, art. 45, da Lei n.º 8.666/93.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, **em campo próprio do sistema**, manifestar a intenção de recorrer, quando, aceita a intenção pelo(a) Pregoeiro(a), ser-lhe-á concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, **também em campo próprio do sistema**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

Parágrafo único – Para possibilitar o exercício da manifestação da intenção de recorrer, o(a) Pregoeiro(a) manterá a respectiva tela aberta aos licitantes pelo período mínimo de 20 (vinte) minutos, a contar da habilitação do último item.

9.3. Os recursos deverão ser dirigidos à Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), o(a) qual poderá reconsiderar sua decisão em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los à Diretoria-Geral do TRE/MG, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4. Os recursos imotivados ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos.

9.5. Esgotado o direito de interposição de recurso dos licitantes (quando as razões do recurso forem registradas no primeiro ou segundo dia), faculta-se ao(à) Pregoeiro(a) a antecipação do prazo de apresentação das contrarrazões e de seu julgamento.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

10.1. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro de preços mediante Ata de Registro de Preços.

a) O fornecedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação, determinada pelo Aviso de Recebimento (AR).

b) Após a publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial da União, poderão ser solicitados os fornecimentos dentro do prazo de validade do Registro.

10.2. O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Diário Oficial da União e ficarão disponibilizados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.3. Os licitantes que tenham seus preços registrados obrigam-se a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços.

10.4. O Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços.

10.5. As entregas serão realizadas de acordo com os pedidos feitos ao(s) fornecedor(es) mediante emissão e encaminhamento da nota de empenho.

Parágrafo Único - Haverá prioridade na aquisição do produto da cota reservada, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido, justificadamente, nos termos do §4º do art. 8º do Decreto 8.538, de 06/10/2015.

10.6. As entregas dos produtos serão feitas em dias úteis, no horário das 08 (oito) às 17 (dezesete) horas no Centro de Apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – Seção de Gestão de Almoxarifado, Rua Flor de Trigo, n.º 20/24 – Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.865-330.

10.7. A existência de preços registrados não obriga o TRE/MG a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios de aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

10.8. O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ão) manter, durante a vigência do Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, renovando as respectivas certidões, que, no caso de não poderem ser obtidas nos respectivos sítios dos órgãos emissores na internet, deverão ser encaminhadas ao TRE/MG no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação das mesmas.

10.9. Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do TRE/MG, desde que devidamente justificada a vantagem, nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.892/13.

Parágrafo Único - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na respectiva ata, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) LICITANTE(S) VENCEDOR(ES)

O(s) licitante(s) vencedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a:

a) firmar, no prazo estabelecido no subitem 10.1 alínea "a", a Ata de Registro de Preços e cumpri-la fielmente, nos termos propostos na minuta anexa;

b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

c) emitir nota fiscal com o mesmo número de CNPJ do estabelecimento que cadastrou a proposta no Comprasnet;

d) oferecer garantia do(s) produto(s) fornecido(s), pelo prazo de 90(noventa) dias, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, no que couber.

12. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de **12 (doze) meses**, salvo quando houver um disciplinamento diverso oriundo de legislação específica aplicável ao caso, observados ainda os termos da Cláusula Sétima da minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital).

Parágrafo Único – O TRE/MG irá monitorar os preços do produto periodicamente, de forma a conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento convocatório sujeitará o licitante às sanções previstas nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e legislação correlata, observados ainda os termos da Cláusula Nona da minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital).

13.2. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito ao impedimento de licitar e de contratar com a União, e ao descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

Parágrafo primeiro – Quando o licitante vencedor recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, ou deixar de fazê-lo no prazo previsto no item 10.1, alínea “a”, ao Tribunal reserva-se o direito de convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-la, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação, ou de revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste edital.

Parágrafo segundo - O atraso injustificado da assinatura da Ata de Registro de Preços poderá acarretar ao licitante vencedor multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do quantitativo máximo da ata, até 30 (trinta) dias de atraso, a partir de quando o licitante vencedor se sujeitará à multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do quantitativo máximo da ata, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 13.2.

13.3. O período de atraso será contado em dias corridos.

13.4. O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa ao licitante vencedor.

13.5. A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantindo-se ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo Tribunal Regional Eleitoral, mediante ordem bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias depois de apresentada a respectiva Nota Fiscal

ou Fatura, e após atestado, pelo setor competente, o recebimento definitivo do produto fornecido, observados os termos dispostos na Cláusula Sexta da minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II do edital).

Parágrafo único - Na hipótese de o valor da contratação enquadrar-se no limite estabelecido no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/93, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, após atestado o recebimento definitivo do(s) produto(s).

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O licitante e seu preposto são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo licitatório.

15.2. Na contagem dos prazos estipulados na presente licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.3. Quaisquer textos ou documentos **redigidos em língua estrangeira** somente serão considerados válidos se acompanhados da respectiva tradução para língua portuguesa feita por tradutor juramentado, de acordo com o disposto no Decreto n.º 13.609/43, que regulamenta o ofício de tradutor público.

15.4. O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá revogar ou anular esta licitação, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

15.5. Será facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou autoridade superior, em qualquer fase do julgamento da habilitação e das propostas, promover diligência, registrada em ata, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou documentação.

15.6. O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial da União e estará disponível também na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço:

- <http://www.tre-mg.jus.br>

15.7. O objeto deste Pregão poderá sofrer alterações, em conformidade com o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

15.8. Para todas as referências de tempo contidas neste edital, será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

15.9. O(A) Pregoeiro(a), para fins de conferência, reserva-se o direito de exigir os originais de todos os documentos apresentados em fotocópias para esta licitação.

15.10. Por força do disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no §2º do art. 55 da Lei nº 8.666/93, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes da presente licitação.

15.11. Integram o presente edital os seguintes anexos:

I – Termo de Referência;

II – Minuta da Ata de Registro de Preços e seu anexo (cadastro de reserva).

15.12. Outros esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser obtidos, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelo telefone: (31) 3307-1288 ou pelo telefax: (31) 3307-1920.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2019.

RODOLFO FRANCISCO CASTRO PACHECO
Secretário de Gestão Administrativa

FLÁVIO RIBEIRO NOTINI DE FREITAS
Coordenador de Compras e Licitações

\\RMGSFS01\TRE-MG\SGA\CCO\SELEC\FRANK\2019\EDITAIS\1808341 18 EDITAL SRP COTA RESERVADA - MATERIAIS DE EXPEDIENTE, BATERIAS, PILHAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE 2019.DOC

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de **materiais de expediente, baterias, pilhas e outros** para utilização das serventias deste Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, conforme especificações e condições estabelecidas neste novo Termo de Referência – TR, mediante a utilização de Sistema de Registro de Preços.

2. JUSTIFICATIVAS / OBJETIVOS

2.1 A aquisição proposta justifica-se pela necessidade de suprimento do de estoque da SEGAL.

Os materiais relacionados neste TR são necessários para a Secretaria, Zonas Eleitorais, Postos de Atendimento e Centrais de Atendimento.

Há, portanto, a necessidade da manutenção de saldo positivo em estoque do depósito do Almoxarifado para o atendimento das demandas e disponibilidade de itens de consumo que auxiliem na execução das atividades.

2.2 Os quantitativos propostos dos materiais tiveram como base o histórico anual de fornecimento, o estoque atual e uma projeção de acréscimo em 10% (dez por cento), como reserva técnica, para atender eventuais demandas inesperadas. Assim, acredita-se que o estoque estará regularmente abastecido assegurando a execução das atividades.

2.3 Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços, pois, pela natureza dos objetos, não é possível definir previamente o quantitativo real que será demandado, havendo, portanto, necessidade de contratações frequentes.

2.4 Diante do exposto, cumpre registrar que a adoção do Sistema de Registro de Preços encontra amparo legal nos incisos I e IV, do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

2.5 Em deferência à imposição constitucional de defesa e preservação do Meio Ambiente Equilibrado para as presentes e futuras gerações (artigo 225 CR/88) e considerando: a) que o desenvolvimento sustentável é princípio norteador da licitação, devendo ser aplicado em harmonia com os demais princípios insculpidos no artigo 3º da Lei 8.666/93; b) que o Decreto 7.746/2012 regulamenta o indigitado artigo, fixando critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal; c) que o TRE-MG está adstrito ao cumprimento das diretrizes de seu Plano de Logística Sustentável; insere-se na descrição do objeto requisitos de cunho sustentável a serem observados para a sua aquisição, bem como para a comprovação de sua qualidade.

2.6 Assim sendo, para a oferta/aceitação da proposta comercial, deverão ser consideradas e comprovadas as exigências elencadas na especificação técnica, observando-se os normativos de regência da matéria.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Item	Descrição	Quant. a ser registrada	Preço Unitário estimado R\$
01	<p>Adesivo líquido instantâneo multiuso: tubo contendo 20g (vinte gramas) de adesivo instantâneo para metais, madeiras, porcelanas, borrachas, plásticos e outros, à base de cianoacrilato, viscosidade alta. O produto deverá conter em seu rótulo as instruções de uso e precauções em caso de contato com a pele.</p> <p>Validade mínima de 10 (dez) meses a contar da entrega.</p> <p>Marcas de referência: Superciano, TEK BOND 200, ou similar.</p> <p>Apresentar amostra de 01 um) tubo para conferência das especificações.</p>	60 tubos	7,90
02	<p>Apontador para lápis: apontador para lápis, fabricado com resinas termoplásticas, cores variadas translúcidas, lâmina de aço medindo 22 (vinte e dois) a 25 (vinte e cinco) milímetros de comprimento por, aproximadamente, 5 (cinco) a 6 (seis) milímetros de largura. O material poderá ser entregue em embalagens (blister) com 02 (duas) peças cada, ou em caixas com no máximo 50 (cinquenta) peças.</p> <p>Marcas de referência: Tris Ref. SU-641 ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>a) Certificação do INMETRO na embalagem.</p> <p>b) Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações e de uma caixa vazia onde possa ser comprovada a aprovação do INMETRO.</p>	317 peças	0,32

03	<p>Almofada para impressão digital (cor preta): capacidade de impressão clara e nítida, secagem rápida no papel, não lavável com água, etanol ou acetona. Fácil de remoção dos dedos, isenta de substância nocivas que não provoquem irritações na pele. Diâmetro de 45mm (quarenta e cinco milímetros) e tampa transparente.</p> <p>Capacidade de coleta de no mínimo 3.500 (três mil e quinhentas) impressões.</p> <p>Marcas de referência: Trodat 9094 ou similar.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência da especificação.</p>	2.000 peças	20,16
04	<p>Apoio para mouse (Mouse Pad): Confeccionado em material aderente às mesas de trabalho, cor preta ou azul marinho, medindo 22cm X 18cm, com variação aceitável de até 1cm a mais ou a menos em qualquer uma das medidas, bordas arredondadas, <u>sem apoio de punho</u>, e sem nenhuma propaganda impressa (impressão permitida apenas da marca do fabricante em um dos cantos). Embalado individualmente em plástico vedado.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 9-4.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência da especificação.</p>	244 peças	6,90

05	<p>Caixa para correspondência: Bandeja para papéis em acrílico, na cor preta ou fumê, plataforma única, pés emborrachados, nas dimensões de 4cm de altura x 36cm de comprimento x 26cm de largura, aproximadamente, variação aceitável: 1cm para mais ou para menos na altura; 2cm para mais ou para menos no comprimento; e 1cm para mais ou para menos na largura, acondicionadas em embalagens individuais e resistentes.</p> <p>Marcas de referência: Acrimet – Ref. 941 ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações.</p>	219 peças	10,93
06	<p>Borracha plástica branca: aprovadas pelo INMETRO, medindo 42x21x11mm, com variação aceitável para mais de até 10mm (dez milímetros) em qualquer uma das medidas (nenhuma variação para menos), e capa protetora ergométrica em plástico maleável.</p> <p>Marcas de referência: Leonora, Faber-Castell ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>a) Certificação do INMETRO impressa na embalagem. b) Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 9-4.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações e de uma caixa vazia onde possa ser comprovada a aprovação do INMETRO.</p>	962 peças	0,68

<p>07</p>	<p>Bobina de senhas de papel pré-impresas: bobina contendo 2.000 senhas picotadas e descartáveis em papel branco (58gr), 3 dígitos de 000 a 999 (2 vezes), cor azul, compatível com dispensador de senhas modelo bico de pato, rolo de 11cm (diâmetro) x 40 cm (largura). Marcas de referência: Turn-o-Matic, Formaset ou equivalente.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-3.</p> <p>Apresentar amostra de um rolo para conferência das especificações.</p>	<p>225 peças</p>	<p>12,66</p>
<p>08</p>	<p>Bobina de senhas de papel pré-impresas: bobina contendo 2.000 senhas picotadas e descartáveis em papel branco (58gr), 3 dígitos de 000 a 999 (2 vezes), cor vermelha, compatível com dispensador de senhas modelo bico de pato, rolo de 11cm (diâmetro) x 40 cm (largura). Marcas de referência: Turn-o-Matic, Formaset ou equivalente.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-3.</p> <p>Apresentar amostra de um rolo para conferência das especificações.</p>	<p>125 peças</p>	<p>12,66</p>

09	<p>Clipes n.º 2/0: caixa contendo 500g (quinhentos grammas) de clipes, medindo 32mm de comprimento, fabricados com arame de aço galvanizado ou niquelado, com prazo de validade indeterminado.</p> <p>Marcas de referência: ACC ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	39 caixas	9,40
10	<p>Colchete latonado n.º 8: caixa com 72 (setenta e dois) colchetes latonados n.º 8 (oito), fabricados com chapa de aço revestido, com prazo de validade indeterminado impresso na embalagem.</p> <p>Marcas de referência: Rafa ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	270 caixas	4,28
11	<p>Colchete latonado n.º 12: caixa com 72 (setenta e dois) colchetes latonados n.º 12 (doze), fabricados com chapa de aço revestido, com prazo de validade indeterminado impresso na embalagem.</p> <p>Marcas de referência: Rafa ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	845 caixas	5,29

12	<p>Estilete para apontar lápis: corpo injetado, contendo lâmina com no máximo um centímetro de largura em aço carbono temperado com 10 a 12 divisões, contendo dispositivo para travar a lâmina e dispositivo para descartar as seções utilizadas das lâminas descartáveis.</p> <p>Marcas de referência: Jocar Office ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de um estilete para conferência das especificações</p>	931 peças	0,93
13	<p>Etiqueta adesiva para impressoras laser e jato de tinta: caixa contendo 100 (cem) folhas com 10 (dez) etiquetas cada de 50,8 X 101,6 mm. As etiquetas deverão ter prazo de validade indeterminado, ou de no mínimo 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua entrega. O prazo de validade deverá estar impresso nas caixas ou em etiquetas do fabricante.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-3.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	210 caixas	35,91

14	<p>Etiqueta adesiva para impressoras laser e jato de tinta: caixa contendo 100 (cem) folhas com 01 (uma) etiqueta cada de 215,9 X 279,4 mm. As etiquetas deverão ter prazo de validade indeterminado, ou de no mínimo 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua entrega. O prazo de validade deverá estar impresso nas caixas ou em etiquetas do fabricante.</p> <p>Marcas de referência: Pimaco, Link, ou similar.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-3.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	865 caixas	36,17
15	<p>Etiqueta adesiva para impressoras laser e jato de tinta: caixa contendo 100 (cem) folhas com 02 (duas) etiquetas cada de 138,11 X 212,73 mm. As etiquetas deverão ter prazo de validade indeterminado, ou de no mínimo 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua entrega. O prazo de validade deverá estar impresso nas caixas ou em etiquetas do fabricante.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-3.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	110 caixas	39,38

<p>16</p>	<p>Etiqueta adesiva para impressoras laser e jato de tinta: caixa contendo 100 (cem) folhas com 14 (quatorze) etiquetas cada de 33,9 X 101,6 mm. As etiquetas deverão ter prazo de validade indeterminado, ou de no mínimo 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua entrega. O prazo de validade deverá estar impresso nas caixas ou em etiquetas do fabricante. Marcas de referência: Pimaco, Link, ou similar.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-3.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	<p>1.592 caixas</p>	<p>23,07</p>
<p>17</p>	<p>Fita corretiva branca para papel: medindo 5mm (cinco milímetros) de largura X 8 a 10m (oito a dez metros) de comprimento, atóxica, acondicionada em caixas contendo no máximo 50 (cinquenta) unidades, prazo de validade indeterminado. Marcas de referência: Pincel Mágico, Jocar ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>a) Certificação do INMETRO impressa na embalagem.</p> <p>b) Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações e de uma caixa vazia onde possa ser comprovada a aprovação do INMETRO.</p>	<p>691 peças</p>	<p>3,85</p>

<p>18</p>	<p>Fita adesiva transparente: rolo de fita medindo 18mm de largura X 50m de comprimento, para fechamento de pacotes leves, colagem e papelão. Composição: dorso de filme de polipropileno bio-orientado e adesivo à base de resina de borracha ou acrílico, com prazo de validade mínimo de 20 (vinte) meses a contar da entrega, gravado em cada rolo. Marcas de referência: Durex – Fabricante 3M</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de um rolo para conferência das especificações.</p>	<p>461 rolos</p>	<p>2,27</p>
<p>19</p>	<p>Grampeador de mesa: corpo em metal pintado na cor preta (pintura eletrostática), para grampos 26/6, capacidade para grampear no mínimo até 20 (vinte) folhas com o mínimo de força, base medindo 16 a 18 cm de comprimento. Referência ADECK G 2100, ou similar.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações.</p>	<p>521 peças</p>	<p>13,25</p>

20	<p>Grampo para grampeador: caixa com 5.000 (cinco mil) grampos para grampeador 26/6, galvanizados, fabricados com arame de aço revestido resistente à oxidação, produto não perecível, capacidade para grampear até 20 (vinte) folhas de papel 75 g/m2.</p> <p>Marcas de referência: ACC ou similar.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	727 caixas	2,61
21	<p>Lápis preto n.º 2: redondo, mina resistente e escrita macia, produzido com madeira plantada, embalados em caixas contendo no máximo 144 (cento e quarenta e quatro) lápis. A embalagem deverá conter todos os dados do fabricante, inclusive informação do produto ser confeccionado com madeira de reflorestamento.</p> <p>O número 2 (dois) e a marca do fabricante deverão estar gravados em cada lápis.</p> <p>Marcas de referência: Eco Multicolor super ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>a) Certificação do INMETRO impressa na embalagem.</p> <p>b) Juntamente com a proposta a licitante deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, códigos 7-1 e/ou 7-2, emitido para a fabricante do fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações e de uma caixa vazia onde possa ser comprovada a aprovação do INMETRO.</p>	2.810 peças	0,26

22	<p>Papel A4 branco: resma de papel A4 super branco, fabricado com tecnologia alcalina e com 100% de celulose de eucalipto reflorestado, tamanho 210x297mm, 75g/m², para uso em copiadoras, impressoras jato de tinta e laser, e para cópias e impressões em preto e coloridas, bem <u>acionadas em caixas de papelão com 10 (dez) resmas cada, sem nenhuma folga entre os pacotes e a tampa da caixa.</u></p> <p>A embalagem de cada resma deverá ser em papel especial de proteção contra umidade e deverá conter o nome do fabricante, CNPJ, telefone para contato, a informação de que o papel é proveniente de manejo sustentável (madeira de reflorestamento), e apresentar o selo de conformidade emitido por Organismo de Certificação credenciado (Ex: FSC, CERFLOR, SERFLOR ou outro) e demais informações para comprovação das exigências.</p> <p>Observação: Em hipótese alguma serão aceitas caixas com menos ou mais de 10 (dez) resmas.</p> <p>Marcas de referência: Chamex, Copimax, Suzano Report Premium, Rino, ou similar.</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>a) A embalagem de cada resma deverá conter o selo de conformidade emitido por Organismo de Certificação credenciado (Ex: FSC, CERFLOR, SERFLOR ou outro).</p> <p>b) Certificação do INMETRO impressa na embalagem.</p> <p>c) Juntamente com a proposta, caso a licitante seja a fabricante do PAPEL A4 ofertado, deverá apresentar registro regular no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - IBAMA, exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-2; caso contrário deverá apresentar o CTF/APP do fabricante do papel que forneceu ou fornecerá a ela (licitante) para corte, embalagem e comercialização, ou apenas para comercialização.</p> <p>Apresentar amostra de uma resma para conferência das especificações.</p>	5.699 resmas	15,71
----	---	--------------	-------

23	<p>Papel A4 branco: resma de papel A4 super branco, fabricado com tecnologia alcalina e com 100% de celulose de eucalipto reflorestado, tamanho 210x297mm, 75g/m², para uso em copiadoras, impressoras jato de tinta e laser, e para cópias e impressões em preto e coloridas, bem <u>acionadas em caixas de papelão com 10 (dez) resmas cada, sem nenhuma folga entre os pacotes e a tampa da caixa.</u></p> <p>A embalagem de cada resma deverá ser em papel especial de proteção contra umidade e deverá conter o nome do fabricante, CNPJ, telefone para contato, a informação de que o papel é proveniente de manejo sustentável (madeira de reflorestamento), e apresentar o selo de conformidade emitido por Organismo de Certificação credenciado (Ex: FSC, CERFLOR, SERFLOR ou outro) e demais informações para comprovação das exigências.</p> <p>Observação: Em hipótese alguma serão aceitas caixas com menos ou mais de 10 (dez) resmas.</p> <p>Marcas de referência: Chamex, Copimax, Suzano Report Premium, Rino, ou similar.</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>a) A embalagem de cada resma deverá conter o selo de conformidade emitido por Organismo de Certificação credenciado (Ex: FSC, CERFLOR, SERFLOR ou outro).</p> <p>b) Certificação do INMETRO impressa na embalagem.</p> <p>c) Juntamente com a proposta, caso a licitante seja a fabricante do PAPEL A4 ofertado, deverá apresentar registro regular no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - IBAMA, exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-2; caso contrário deverá apresentar o CTF/APP do fabricante do papel que forneceu ou fornecerá a ela (licitante) para corte, embalagem e comercialização, ou apenas para comercialização.</p> <p>Apresentar amostra de uma resma para conferência das especificações.</p>	1.900 (COTA EXCLUSIV A PARA ME/EPP - OBS: VIDE SUBITENS 2.4, 6.19 E 6.20 DO EDITAL)	15,71
24	<p>Papel Contact ou similar: Laminado auto-adesivo transparente (crystal), protegido no verso por papel siliconado, em rolo medindo 45 cm (quarenta e cinco centímetros) de largura por 25m (vinte e cinco metros) de comprimento.</p> <p>Marcas de referência: Infortac, Contact, Polifix/Politac, ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a licitante deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não, amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, códigos 12-1 e/ou 12.22.</p>	22 rolos	38,78

25	<p>Pasta registradora AZ: medindo 31,5 cm de altura X 28,5 cm de largura X 7 a 7,3 cm de lombada, cor cinza, revestida externa e internamente em polipropileno (POKF) com carbono, resistente. Com mecanismo de alta precisão, possui cantoneiras inferiores de proteção, etiqueta dupla face na lombada e porta etiquetas transparente no lombo.</p> <p>Marcas de referência: CHIES/modelo 1080 A4/LL/CZ ou similar.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a licitante deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não, amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, códigos 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma pasta para conferência das especificações.</p>	173 peças	14,53
26	<p>Pasta de cartolina com prendedor: medindo 24 cm (vinte e quatro centímetros) de largura X 33,5 cm (trinta e três centímetros e meio) de altura X 02 cm (dois centímetros) de lombada. Aceitável 1,5 (um centímetro e meio) para mais ou para menos na altura e/ou largura. Confeccionada em cartão duplo, resistente e sem manchas, não plastificada, sem elástico e sem abas, nas cores rosa, azul e verde (1/3 de cada cor). Cada pasta deverá conter 02 (dois) furos protegidos por ilhoses e acompanhada por grampo de plástico rígido, branco, confeccionado em polipropileno de alta resistência, com capacidade para arquivar até 500 (quinhentas) folhas e fixação frontal sob pressão com seção retangular, distanciadas de 80 mm, furos padrão universal. Os grampos poderão ser entregues em pacotes com 50 (cinquenta) unidades (Grampo marca Dello ou similar).</p> <p>Marcas de referência: Timpel ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 8-3.</p> <p>Apresentar amostra de uma pasta para conferência das especificações.</p>	1.136 peças	4,36

27	<p>Pasta catálogo: capa dura em plástico preto, 33 cm x 25 cm, com 50 plásticos em polietileno transparente de 0,10 mm (duas paredes), tamanho ofício, display frontal em PVC 09 x 06 cm.</p> <p>Marcas de referência: Grécia Plásticos ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a licitante deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, códigos 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma pasta conferência das especificações.</p>	203 peças	13,37
28	<p>Pasta Proposta Telex / Dossiê: com frente em plástico transparente de 0,2 mm de espessura (variação aceitável de 0,02 mm para mais ou menos) e parte inferior (contracapa) em plástico ou PVC, cor preta, de 0,2 mm de espessura (variação aceitável de 0,02 mm para mais ou menos) com enchimento de papelão e haste de segurança, tipo trilho 80 mm. Medidas da pasta: 34cm de altura e 24cm de largura (Aceitável uma variação de 2cm a mais ou a menos).</p> <p>Marcas de referência: Líder ou similar</p>  <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a licitante deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, códigos 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma pasta para conferência das especificações.</p>	365 peças	5,67

29	<p>Pasta plástica em L tamanho A4: confeccionada em polipropileno incolor, transparente, medindo 0,15mm de espessura X 218 a 220 mm de largura X 306 a 310 mm de altura.</p> <p>Marcas de referência: Polibrás, Dac, Yes ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a licitante deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, códigos 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma pasta para conferência das especificações.</p>	708 peças	0,61
30	<p>Pasta suspensa em plástico: confeccionada em polipropileno (PP) transparente, incolor, nas dimensões 360mm X 245mm, espessura 0,25mm, textura Super Line, com identificadores em papel e plástico de proteção.</p> <p>Marcas de referência: Plascony ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do papel empregado na confecção das bobinas de senhas, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma pasta para conferência das especificações. A aprovação da amostra será feita pela SEPRO – Seção de Projetos.</p>	100 peças	3,08

31	<p>Percevejo: caixa contendo 100 (cem) percevejos, fabricados com chapa e ponta de aço latonados, comprimento da ponta útil de 07 mm (sete milímetros), com prazo de validade indeterminado impresso na embalagem.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma caixa para conferência das especificações.</p>	126 caixas	1,87
32	<p>Perfurador de papel de mesa: 02 furos distanciados de 80mm (furos padrão universal), com capacidade de perfuração, mínima, de 30 (trinta) folhas de papel 75 g/m², corpo em metal pintado na cor preta (pintura eletrostática), guia para posicionamento do papel, embalados em caixa individual.</p> <p>Marcas de referência: Staples + ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações.</p>	367 peças	20,49

33	<p>Pincel luminoso marca-texto (caneta marca texto): caixa contendo 12 (doze) pincéis, na cor amarela fluorescente, ponta chanfrada para destacar com traço grosso ou sublinhar com traço fino, contendo em sua composição resinas termoplástica, aprovado pelo INMETRO com prazo de validade mínimo de 20 (vinte) meses a contar da entrega, impresso na embalagem. Marcas de referência: Piltot, BRW, Faber Castel ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>a) Certificação do INMETRO na embalagem.</p> <p>b) Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 12-2.</p> <p>Apresentar amostra de uma peça para conferência das especificações e de uma caixa vazia onde possa ser comprovada a aprovação do INMETRO.</p>	224 caixas	13,88
34	<p>Porta-carimbo: em metal pintado na cor grafite ou cinza claro, com capacidade para 10 (dez) carimbos. Marcas de referência: Acrimet ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de um porta-carimbos para conferência das especificações.</p>	59 peças	14,30

35	<p>Tesoura multiuso: medindo 8"=21cm, ou 8½"=21,6cm, confeccionada em aço inoxidável, cabo ergonômico com revestimento em plástico. Capacidade para corte de papel, tecido e plásticos finos.</p> <p>Ref./modelo: Scotch 3M, Mundial Creative, ou similar.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 3-10.</p> <p>Apresentar amostra de uma tesoura para conferência das especificações.</p>	409 peças	16,30
36	<p>Elástico de borracha, tipo gominha para dinheiro: pacote contendo 500 (quinhentos) gramas de elásticos amarelos confeccionados com borracha natural, com validade mínima de 18 (dezoito) meses a contar da entrega.</p> <p>Marcas de referência: Mamuth, RB Red Bor, Premier, ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 9-3.</p> <p>Apresentar amostra de um pacote contendo 500g (quinhentos gramas) para conferência das especificações.</p>	535 pacotes	10,07

37	<p>Barbante de 100% algodão 8 fios: branco ou bege claro, em rolos pesando entre 245g (duzentos e cinquenta gramas) a 270g (duzentos e setenta gramas) e/ou 188 a 200 metros, embalados individualmente em plástico transparente, contendo etiqueta com a marca do fabricante.</p> <p>Marcas de referência: JAF Têxtil ou similar</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 11-1”</p> <p>Apresentar amostra de 01 (um) rolo para conferência das especificações.</p>	126 rolos	5,23
38	<p>Fita plástica para arquear: rolo contendo no mínimo de 2.200m (dois mil e duzentos metros) e no máximo 3.000m (três mil metros) de fita plástica preta, em polipropileno, 10 ou 12mm de largura x 0,65mm de espessura, para utilização em máquina de arquear semi automática marca CYKLOP, Modelo SP-4.</p> <p>Marcas de referência: Cyklop, Polystrap, SLN, ou similar.</p> <p>REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>Juntamente com a proposta a <u>licitante</u> deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, emitido para a fabricante do papel empregado na confecção das bobinas de senhas, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 12-2.</p>	22 rolos	210,43

Bateria compatível para telefone sem fio marca Intelbrás – Modelo MD TS 40: fabricada a partir de janeiro de 2017, com a data de fabricação impressa na bateria.

Marcas de referência: Intelbrás modelo NI-MH 600 MAH 2,4 V Código 1350072 ou equivalente, ou similar.

(Observação: A data impressa no modelo anexo é a de fabricação. Este modelo corresponde a aproximadamente duas pilhas AAA juntas.)

Apresentar amostra para conferência das especificações.



39

REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

“Para a aquisição deste item, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, segundo o disposto na Resolução CONAMA 401/2008, só será admitida a oferta de produto cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, e que o fabricante nacional e importador estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF/APP, cuja exigência está amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, **código 5-1**, emitido para a fabricante do material ofertado, seja ela a própria licitante ou não.”

“A comprovação das exigências acima deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preço, para análise e aprovação.”

Apresentar amostra de uma bateria para conferência das especificações.

573
peças

16,82

<p>40</p>	<p>Pilha alcalina A-23 12V: para utilização em controles remotos, embalada em cartela individual (com 01(uma) unidade), validade mínima de 03 (três) anos, a contar da entrega, gravada em cada pilha e/ou na embalagem. A embalagem deverá conter dados do fabricante, email ou telefone para contato.</p> <p>Marcas de referência: Duracell, Panasonic, ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>"Para a aquisição deste item, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, segundo o disposto na Resolução CONAMA 401/2008, só será admitida a oferta de produto cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, e que o fabricante nacional e importador estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF/APP, cuja exigência está amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 5-1, emitido para a fabricante do material ofertado, seja ela a própria licitante ou não."</p> <p><i>"A comprovação das exigências acima deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preço, para análise e aprovação."</i></p> <p>Apresentar amostra de uma pilha em sua embalagem original para conferência das especificações.</p>	<p>192 peças</p>	<p>8,88</p>
------------------	--	----------------------	-------------

41	<p>Pilha alcalina palito, de 1,5V, modelo AAA: em embalagens com 02(duas) ou 04(quatro) unidades, com validade mínima de 03 (três) anos, a contar da entrega, gravada em cada pilha e/ou na embalagem. A embalagem deverá conter dados do fabricante, email ou telefone para contato.</p> <p>Marcas de referência: Duracell, Panasonic, ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>"Para a aquisição deste item, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, segundo o disposto na Resolução CONAMA 401/2008, só será admitida a oferta de produto cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, e que o fabricante nacional e importador estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF/APP, cuja exigência está amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 5-1, emitido para a fabricante do material ofertado, seja ela a própria licitante ou não."</p> <p><i>"A comprovação das exigências acima deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preço, para análise e aprovação."</i></p> <p>Apresentar amostra de uma embalagem original contendo duas ou quatro pilhas para conferência das especificações.</p>	168 peças	1,85
----	--	--------------	------

42	<p>Pilha alcalina pequena, de 1,5V, modelo AA: em embalagens com 02(duas) ou 04(quatro) unidades, com validade mínima de 03 (três) anos, a contar da entrega, gravada em cada pilha e/ou na embalagem. A embalagem deverá conter dados do fabricante, email ou telefone para contato.</p> <p>Marcas de referência: Duracell, Panasonic, ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>"Para a aquisição deste item, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, segundo o disposto na Resolução CONAMA 401/2008, só será admitida a oferta de produto cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, e que o fabricante nacional e importador estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF/APP, cuja exigência está amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 5-1, emitido para a fabricante do material ofertado, seja ela a própria licitante ou não."</p> <p><i>"A comprovação das exigências acima deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preço, para análise e aprovação."</i></p> <p>Apresentar amostra de uma embalagem original contendo duas ou quatro pilhas para conferência das especificações.</p>	1.058 peças	1,89
----	--	----------------	------

43	<p>Pilha alcalina média C – 1,5 volts: em embalagens com 02(duas) ou 04(quatro) unidades, com validade mínima de 03 (três) anos, a contar da entrega, gravada em cada pilha e/ou na embalagem. A embalagem deverá conter dados do fabricante, email ou telefone para contato. Marcas de referência: Duracell, Panasonic, ou similar</p> <p>REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p> <p>“Para a aquisição deste item, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, segundo o disposto na Resolução CONAMA 401/2008, só será admitida a oferta de produto cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, e que o fabricante nacional e importador estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF/APP, cuja exigência está amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, código 5-1, emitido para a fabricante do material ofertado, seja ela a própria licitante ou não.”</p> <p><i>“A comprovação das exigências acima deverá ser apresentada juntamente com a proposta de preço, para análise e aprovação.”</i></p> <p>Apresentar amostra de uma embalagem original contendo duas ou quatro pilhas para conferência das especificações.</p>	56 peças	5,59
----	---	-------------	------

4. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

4.1 Para diversos itens, apontados nas “Especificações Técnicas” (tópico 3), será exigida da proponente provisoriamente classificada em primeiro lugar a apresentação de amostras para a verificação de compatibilidade com as especificações deste TR e aceitação da proposta ofertada.

4.2 A amostra deverá ser apresentada na Seção de Gestão de Almoxarifado do TRE-MG, no Centro de Apoio, situada na BR 040, km 2,5 – Rua Flor do Trigo nº 20/24, Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte (MG) – CEP 30865-330, no horário de 08 (oito) às 17 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis. Telefones de Contato: (31) 3034-8716 ou 3034-8717, observado o prazo de 48 horas, contados da solicitação pelo pregoeiro.

4.3 A amostra deverá ser identificada com os seguintes dados: nome da empresa, endereço, telefone, número do Pregão Eletrônico.

4.4 A amostra poderá ser retirada na Seção de Gestão de Almoxarifado do TRE/MG, após a homologação do certame, caso reprovada. Se aprovada, poderá ser abatida na primeira entrega, ou retirada a qualquer momento após à primeira entrega.

5. PRAZO DE GARANTIA

5.1 A empresa contratada será responsável pela garantia do produto, objeto da presente contratação, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº8.078/90, no que couber.

6. PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA

6.1 O prazo máximo para entrega dos bens será de 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento da Nota de Empenho pela empresa contratada.

6.2 As entregas serão realizadas de acordo com os pedidos feitos ao(s) fornecedor(es) mediante o encaminhamento da(s) nota(s) de empenho. A vigência da Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento será de 12 (doze) meses, observados os termos do Decreto nº 7.892/2013.

7. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA

7.1 A entrega dos materiais deverá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08 (oito) às 17h (dezessete) horas, no Centro de Apoio do TRE – MG, localizado na BR 040, km 2,5 – Rua Flor de Trigo, n.º 20/24, bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte – MG, na Seção de Seção de Gestão de Almoxarifado – SEGAL. Telefone de contato (31) 3034-8717/8716.

8. RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de recibo no ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste TR, consoante o disposto no art. 73, II, "a", da Lei nº 8.666/93.

8.2 Verificada a compatibilidade entre o objeto solicitado e o fornecido, bem como a qualidade e a quantidade dos mesmos, o servidor designado pela fiscalização emitirá o Recebimento Definitivo, consoante o disposto no art. 73, II, "b", da Lei nº 8.666/93.

8.3 O prazo para emissão do Recebimento Definitivo é de 05 (cinco) dias úteis, após a respectiva entrega / recebimento provisório.

9. PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS DEFEITUOSOS OU EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES

9.1 O prazo para substituição dos produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações será de até 05 (cinco) dias úteis, após comunicação de recusa pelo TRE/MG, por e-mail ou qualquer outro meio de ciência inequívoca, devendo a empresa providenciar o recolhimento dos produtos recusados. A entrega de novos itens correrá à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura, após o atestado de recebimento dos produtos pelo servidor designado, observados, conforme o caso, os termos do instrumento convocatório e contratual.

11. DAS PENALIDADES

11.1 Pelo descumprimento dos prazos e condições determinados neste Termo de Referência, a(s) empresa(s) contratada(s) estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas na legislação vigente, bem como nos instrumentos convocatório e contratual, conforme o

caso.

Temo de referência elaborado por: EDILENE DOLISSE - Seção de Gestão de Almoxarifado – SEGAL e RODRIGO MELO - Coordenadoria de Controle Patrimonial – CCP

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º __/201__

PAD n.º 1808341/2018
Pregão Eletrônico n.º __/201__
Validade da Ata: 12 (doze) meses

Aos dias de do ano de 201__, o **Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais**, CNPJ n.º 05.940.740/0001-21, doravante denominado TRE/MG, situado à Av. Prudente de Moraes, n.º 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Adriano Denardi Júnior**, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso VI, da Portaria n.º 126/2018 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 22/06/2018, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/93; Lei n.º 10.520/02; Decreto n.º 5.450/05, Decreto n.º 7.892/13 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º __/201__ – TRE/MG, cujo objetivo fora a formalização de **Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de expediente, baterias, pilhas e outros**, processado nos termos do Processo Administrativo Digital (PAD) n.º 1808341/2018 – TRE/MG, a qual constitui-se em **documento vinculativo e obrigacional** às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA (FORNECEDOR):

--

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Registro de Preços tem por objeto a expectativa de aquisição do(s) seguinte(s) produto(s), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes na tabela abaixo:

Item	Descrição do produto (incluir prazos de validade e garantia, quando for o caso)	Marca	Quant.	Valor Unitário (R\$)

Parágrafo Primeiro: Estão incluídos no(s) preço(s) unitário(s) todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta do fornecedor.

Parágrafo Segundo: É vedado efetuar acréscimos no(s) quantitativo(s) fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO

O produto que vier a ser adquirido será definido na(s) Nota(s) de Empenho, que só será(ão) emitida(s) dentro do prazo de validade do registro de preços.

Parágrafo Primeiro: A entrega será realizada de acordo com o(s) pedido(s) feito(s) mediante a emissão e o encaminhamento da(s) Nota(s) de Empenho.

Parágrafo Segundo: O fornecedor deverá proceder à entrega do produto solicitado no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** a contar do recebimento da nota de empenho.

Parágrafo Terceiro: O produto deverá ser entregue em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de 08 às 17 horas, no Centro de Apoio do TRE/MG – **Seção de Gestão de Almoxarifado**, Rua Flor de Trigo, n.º 20/24 – Bairro Jardim Filadélfia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.865-330.

Parágrafo Quarto: O produto será analisado em sua adequação e qualidade, sendo que as unidades que não satisfizerem ao padrão exigido na licitação ou que não forem aprovadas pelo TRE/MG não serão aceitas, ficando a empresa sujeita às penalidades legais cabíveis, observado o disposto na Cláusula Quinta, inciso III deste instrumento.

Parágrafo Quinto: O fornecedor deverá atender aos pedidos formalizados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a entrega seja prevista para data posterior à sua vigência.

Parágrafo Sexto: O produto será recebido:

I – Provisoriamente, mediante recibo no ato da entrega, de acordo com o disposto no art. 73, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93;

II – Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o "recebimento provisório", conforme preceitua o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Sétimo: A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o TRE/MG a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurada ao particular cujo preço foi registrado a preferência, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/MG

I - Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações do produto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

II - Solicitar o fornecimento do produto por meio do encaminhamento da respectiva Nota de Empenho;

III - Monitorar os preços do produto periodicamente, nos termos do art. 9º, inciso XI, do Dec. 7.892/2013, de forma a conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

IV - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP;

V - Publicar o(s) preço(s), o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, em forma de aviso, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Além do fornecimento do produto objeto da presente Ata, de acordo com a proposta apresentada, bem como entrega no prazo estabelecido na Cláusula Terceira, parágrafo segundo, o fornecedor obriga-se a:

I - Manter, durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comunicando ao TRE/MG qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

II - Entregar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os documentos de habilitação atualizados ao TRE/MG, quando este formalizar o pedido, caso os mesmos não possam ser obtidos nos respectivos sítios dos órgãos emissores;

III - Providenciar, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, após a notificação pelo TRE/MG, caso o produto fornecido não corresponda ao exigido em Edital, sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), garantidos o contraditório e a ampla defesa;

IV - oferecer garantia do(s) produto(s) fornecido(s) pelo prazo de 90 (noventa) dias, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, no que couber.

Parágrafo Único: A garantia abrange a substituição do bem e todas as despesas a ela inerentes, sem ônus para o TRE/MG, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte de seus servidores ou prepostos, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Pelo fornecimento do(s) item(ns) registrado(s) na Ata, o TRE/MG pagará ao fornecedor o valor correspondente, conforme constante neste instrumento.

Parágrafo Primeiro: O fornecedor deverá remeter ao TRE/MG a respectiva Nota Fiscal ou Fatura, e o pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento do referido documento e após atestado, pelo setor competente, o recebimento definitivo do produto. Na hipótese de o valor da contratação enquadrar-se no limite estabelecido no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/93, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, após atestado o recebimento definitivo do(s) produto(s).

Parágrafo Segundo: Caso o fornecedor seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, e as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, e as alterações posteriores.

Parágrafo Quarto: Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

Parágrafo Quinto: Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor do fornecedor.

Parágrafo Sexto: O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pelo fornecedor e da Nota de Empenho emitida pelo TRE/MG, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Sétimo: Os pagamentos serão realizados mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que o fornecedor efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Oitavo: Para os casos de venda mercantil, ou seja, operação sujeita ao ICMS, o fornecedor estabelecido no Estado de Minas Gerais deve observar que a isenção desse imposto prevista no Anexo I, item 136 do RICMS/MG, não se aplica ao TRE/MG, por ser órgão federal, e não estadual, devendo ter o cuidado em emitir a nota fiscal correta.

Parágrafo Nono: O fornecedor estabelecido em outra Unidade da Federação, quando da emissão da nota fiscal de venda mercantil, ou seja, operação sujeita ao ICMS, deverá observar que o TRE/MG não é contribuinte do ICMS. Portanto, a nota fiscal deve ser emitida com o CFOP 6107 – Venda de produção do estabelecimento, destinada a não contribuinte, ou 6108 – Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, destinada a não contribuinte, sendo de responsabilidade do licitante vencedor a apuração e o recolhimento do ICMS, nos termos do artigo 155, §2º, inciso VIII, alínea “b”, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA - REVISÃO DE PREÇOS

Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo de legislação específica aplicável ao caso.

Parágrafo Primeiro: O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao TRE/MG promover as necessárias negociações junto ao

fornecedor, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRE/MG convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro: Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e o TRE/MG providenciará o cancelamento do item da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da aquisição mais vantajosa.

Parágrafo Quarto: Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, faculta-se ao fornecedor, **antes do pedido de fornecimento e mediante requerimento devidamente comprovado**, observado o devido processo legal:

I – Pleitear a revisão dos preços, hipótese em que o TRE/MG poderá concedê-la, em sendo comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro;

II – Solicitar a liberação do compromisso, por não poder cumpri-lo, hipótese em que o TRE/MG liberará o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

Parágrafo Quinto: Para os efeitos desta cláusula, será considerado como preço de mercado a média dos preços apurados pelo TRE/MG para determinado item.

CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO DA ATA

O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito pela Seção de Compras do TRE/MG, que fiscalizará a contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93) e comunicará à Autoridade Superior, quando necessário, para as providências cabíveis.

Parágrafo Primeiro: Durante sua vigência, esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do TRE/MG, desde que devidamente justificada a vantagem, nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.892/13.

Parágrafo Segundo: O quantitativo decorrente das adesões a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na respectiva ata, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento sujeitará o fornecedor às sanções previstas nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e legislação correlata, observados os termos dispostos nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro: O atraso injustificado na entrega do objeto da ata ou sua entrega em desacordo com este instrumento acarretará ao fornecedor multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue,

até 30 (trinta) dias corridos de atraso, a partir de quando será cobrada multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02.

Parágrafo Segundo: A não entrega ou a entrega parcial do objeto desta Ata acarretará ao fornecedor multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao inadimplemento, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02.

Parágrafo Terceiro: Se o valor da multa compensatória for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.

Parágrafo Quarto: O atraso na substituição do(s) bem(ns) objeto da garantia sujeitará a empresa à multa diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor total da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) do(s) bem(ns), por atraso injustificado até 30 (trinta) dias; após esse período, a multa passará a ser de 10% (dez por cento) sobre o valor total da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) do(s) mesmo(s), sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Quinto: Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica o fornecedor sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do quantitativo máximo da Ata ou valor referente à parte inadimplida, se for o caso, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sexto: As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas do saldo havido pelo fornecedor junto ao TRE/MG, conforme arts. 86, §3º e 87, §1º, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sétimo: Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no parágrafo anterior, o fornecedor será intimado a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

Parágrafo Oitavo: O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa ao fornecedor.

Parágrafo Nono: A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantindo-se ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Dez: As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Onze: O período de atraso será contado em dias corridos.

CLÁUSULA DEZ - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - Quando o fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

II - Por quaisquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

III - Se o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se apresentar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Quando o fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

V - Caso o fornecedor não retire a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

Parágrafo Primeiro: O cancelamento será precedido de processo administrativo e a decisão final deverá ser fundamentada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo: No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a notificação será feita por publicação, no Diário Oficial da União.

Parágrafo Terceiro: O cancelamento poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, nos termos do art. 21 do Decreto nº 7.892/13.

Parágrafo Quarto: A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preços não o desobriga do fornecimento do produto, até a decisão final da Administração.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada pelo TRE/MG automaticamente:

I – por decurso do prazo de vigência;

II – quando não restarem fornecedores registrados;

III – por exaurimento de todos os objetos registrados na Ata de Registro de Preços.

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços, que será disponibilizado no *site* do TRE/MG.

Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

Belo Horizonte, ___ de _____ de 201__.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Adriano Denardi Júnior
Diretor-Geral

EMPRESA
Representante Legal

\\RMGSF01\TRE-MG\SGA\CCO\SELEC\FRANK\2019\EDITAIS\1808341 18 EDITAL SRP COTA RESERVADA - MATERIAIS DE EXPEDIENTE, BATERIAS, PILHAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE 2019.DOC